

Informações Trimestrais - ITR

Multiner S.A.

Reapresentação do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016
com Relatório sobre a Revisão de Informações

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REAPRESENTADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S/A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias reapresentadas, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

4. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15, a Companhia apresenta nas informações contábeis intermediárias consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2016 estoques referentes a peças para manutenção de sua investida indireta Rio Amazonas S.A. no montante de R\$ 17.088 mil. A Administração da Companhia não efetuou procedimentos de inventário físico para efeito de apuração desses estoques em 31 de dezembro de 2015, portanto não foi possível concluirmos sobre o saldo contábil apresentado naquela data, assim como para o trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

5. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

6. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

7. Adicionalmente aos assuntos descritos, nos parágrafos da seção Base para abstenção de conclusão sobre a revisão, chamamos a atenção para os seguintes assuntos a seguir **sem modificar nossa conclusão**:

Reapresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas do trimestre findo em 30 de junho de 2016.

8. Em 27 de dezembro de 2016, emitimos relatório sobre a revisão de informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 da Multiner S.A. com modificações em nossa conclusão referentes a falta de evidência da aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 por meio de AGO; falta de procedimentos de inventário físico dos estoques da investida direta Rio Amazonas Energia S.A e falta de evidências quanto ao provável valor de recuperação do ativo imobilizado das investidas Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Monte Paschoal S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A. e Companhia Energética do Uruguai S.A. Essas informações contábeis intermediárias estão sendo reapresentadas conforme detalhado na



Nota Explicativa nº 4, onde a Administração da Companhia informa que complementou as divulgações de suas notas explicativas, efetuou reclassificações e ajustes. Nossa conclusão, datada de 07 de fevereiro de 2018, sobre as informações contábeis intermediárias reapresentadas, está modificada conforme descrito no parágrafo base para conclusão com ressalva.

Continuidade Operacional

9. Os assuntos descritos nos subitens deste parágrafo podem indicar a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia:

- a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, pelo não cumprimento de obrigações condicionadas no 1º Aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A., o saldo devedor no passivo não circulante foi integralmente reclassificado para o passivo circulante no exercício de 2015.
- b) Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18 – Covenants -, em 30 de junho de 2016, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores quanto ao não cumprimento de covenants, a Companhia mantém o registro da dívida no passivo circulante.
- c) A Companhia, no trimestre findo em 30 de junho de 2016 apresentou prejuízos nos montantes de R\$ 123.575 mil e R\$ 124.731 mil nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas respectivamente e, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 54.262 mil e R\$ 693.963 mil nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Desenquadramento de ações preferenciais

10. Na Nota Explicativa nº 19, item "b" a Administração da Companhia informa que serão anulados ou retificados os atos transcritos na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016 os quais fizeram com que a quantidade de ações preferenciais ultrapassasse 50% do total das ações emitidas (parágrafo 2º, artigo 15 da Lei. 6.404/76). Tal anulação ocorreu na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017, tornando sem efeito os atos realizados anteriormente, conforme informado na Nota Explicativa nº 26, Eventos Subsequentes, Rerratificações.

Decisão desfavorável em ação contra a companhia

11. Na Nota Explicativa nº 26, a Administração da Companhia informa que obteve decisão desfavorável no exercício de 2016 em processo judicial que determinou pagamento a Caterpillar Motoren GmbH & Co. no montante de R\$ 33.036 mil. Em 18 de dezembro de 2017, foi homologado acordo entre as partes nos termos do processo nº. 0055786-98.2016.4.02.5101, com pagamento da dívida em prestações mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2018, cujo término ocorrerá em novembro de 2027.



Ações contra a Companhia classificadas como perda possível

12. A Nota Explicativa nº 20 descreve que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, nos montantes de R\$ 67.938 mil de R\$ 232.065 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas respectivamente, em 30 de junho de 2016. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo, a posição financeira da Companhia deverá sofrer impacto relevante.

13. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 26 que divulga que a Companhia recebeu ação de cobrança ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. contra a sua investida indireta Rio Amazonas S.A, tendo por objeto inadimplemento quanto ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato de Suprimento de Energia firmado, em 20/05/2005, pela RAESA e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. O valor do débito em questão é de R\$ 208.318 mil. A Administração da Companhia avaliou as chances de perda nessa ação como possível, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações contábeis intermediárias no trimestre findo em 30 de junho de 2016. No entanto, caso ocorra um desfecho negativo, a posição financeira da Companhia deverá sofrer impacto relevante.

14. Ainda na Nota Explicativa nº 26, a Companhia divulga que foram adquiridas em 09/08/2010 pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações de sua emissão. Após diversas prorrogações nos prazos de vencimento, em 24/08/2017 o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R\$ 15.108 mil. A Administração da Companhia avaliou as chances de perda nessa ação como possível, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações contábeis intermediárias no trimestre findo em 31 de março de 2016. No entanto, caso ocorra um desfecho negativo, a posição financeira da Companhia deverá sofrer impacto relevante.

Operação Greenfield

15. Na Nota Explicativa nº 26 a Administração informa que no mês de setembro de 2016 a Companhia foi alvo de Mandado de Busca e Apreensão expedido pela 10ª Vara Federal de Brasília, assim como teve o bloqueio de suas contas bancárias determinado pela 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. No mês de dezembro de 2016, foi ordenado o desbloqueio das referidas contas bancárias condicionado a obrigações a serem cumpridas pela Companhia. Esses fatos são decorrentes da operação que apura crimes de gestão temerária e fraudulenta contra fundos de pensão. A Administração da Companhia contratou, no mês de setembro de 2016, firma de auditoria para realizar investigação independente em suas contas e de suas investidas, cujo processo de investigação encontra-se em andamento.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

16. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2018.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Multiner S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016 Reapresentação	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentação	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.066	676	1.125	706
Contas a receber	6	-	-	143.197	145.964
Tributos a recuperar	8	1.935	1.904	8.199	11.325
Arrendamento mercantil	10	-	-	13.846	13.396
Estoque	15	-	-	17.088	16.062
Despesas antecipadas		142	123	315	572
Adiantamentos a fornecedores	7	1.061	1.135	1.723	1.367
Outros créditos		-	-	2.193	2.134
Total ativo circulante		4.204	3.838	187.686	191.526
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	-	-	50.306	43.696
Arrendamento mercantil	10	-	-	186.430	193.468
Depósitos judiciais		196	212	271	286
Partes relacionadas	9.b	584.454	628.486	531.913	515.529
Outros créditos		20	20	20	20
Adiantamentos a fornecedores	7	103	103	741	742
Intangível	12	261	264	111.228	169.721
Investimento	13	57.039	57.484	-	-
Imobilizado	14	145	154	27.967	27.978
Bens disponíveis para venda		-	-	147	147
Propriedades para investimento	11	5.298	5.298	5.298	5.298
Total ativo não circulante		647.516	692.021	914.321	956.885
Total ativo		651.720	695.859	1.102.007	1.148.411

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Multiner S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
		Reapresentação		Reapresentação	
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	541.849	492.965
Debêntures	18	18.335	16.565	18.335	16.565
Fornecedores	16	1.017	1.587	264.106	273.182
Obrigações sociais e trabalhistas		629	562	871	710
Obrigações tributárias	17	38.845	32.852	53.739	47.691
Outras obrigações		-	31	2.750	2.684
Total passivo circulante		58.466	51.597	881.650	833.797
Não circulante					
Fornecedores	16	-	-	3.374	3.374
Obrigações tributárias	17	85	99	2.911	7.165
Provisão para contingências	20	1.192	1.157	2.528	471
Partes relacionadas	9.b	5.510	72.316	10	10
Outras obrigações		4	5	5.056	4.659
Provisão para perda de investimentos	13	510.597	371.243	134.120	101.846
Total passivo não circulante		517.387	444.820	147.999	117.525
Patrimônio líquido					
Capital social	19	855.828	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital	19	543.916	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.323.877)	(1.200.302)	(1.323.877)	(1.200.302)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		75.867	199.442	75.867	199.442
Acionistas não controladores		-	-	(3.509)	(2.353)
Total do patrimônio líquido		75.867	199.442	72.358	197.089
Total do passivo e do patrimônio líquido		651.720	695.859	1.102.007	1.148.411

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados
Em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016 Reapresentação	30/06/2015 Reapresentação	30/06/2016 Reapresentação	30/06/2015 Reapresentação
Receita operacional líquida	21	-	-	27.305	27.229
Custo das vendas e dos serviços prestados	22	-	-	(14.538)	(10.084)
Lucro bruto		-	-	12.767	17.145
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23 (a)	(5.892)	(5.445)	(8.159)	(7.841)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23 (b)	221	486	(43.008)	(5.496)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(139.800)	(86.039)	(32.276)	(30.585)
Total receitas (despesas) operacionais		(145.471)	(90.998)	(83.443)	(43.922)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(145.471)	(90.998)	(70.676)	(26.777)
Despesas financeiras	24	(5.168)	(7.028)	(95.173)	(89.283)
Receitas financeiras	24	32.229	39.833	46.283	57.352
Resultado financeiro, líquido		27.061	32.805	(48.890)	(31.931)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(118.410)	(58.193)	(119.566)	(58.708)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.165)	(6.612)	(5.165)	(6.612)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferido		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(123.575)	(64.805)	(124.731)	(65.320)
Prejuízo atribuído aos sócios não controladores		-	-	(1.156)	(515)
Prejuízo atribuído aos sócios controladores		(123.575)	(64.805)	(123.575)	(64.805)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação
Prejuízo do exercício	(123.575)	(64.805)	(123.575)	(64.805)
Resultado abrangente total	(123.575)	(64.805)	(123.575)	(64.805)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido destinado aos controladores	Participação de não controladores	Total
		Ágio na emissão de ações	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	855.811	465.801	78.115	(1.044.376)	355.351	(1.251)	354.100
Prejuízo do exercício	-	-	-	(155.926)	(155.926)	(1.102)	(157.028)
Aumento de capital	17	-	-	-	17	-	17
Saldos em 31 de dezembro de 2015	855.828	465.801	78.115	(1.200.302)	199.442	(2.353)	197.089
Prejuízo do exercício	-	-	-	(123.575)	(123.575)	(1.156)	(124.731)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	855.828	465.801	78.115	(1.323.877)	75.867	(3.509)	72.358

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(118.410)	(58.193)	(119.566)	(58.708)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	139.800	86.039	32.276	30.585
Juros sobre operações de mútuo	(32.020)	(26.107)	(30.551)	(24.781)
Encargos sobre operações de mútuo	1.770	1.235	59.103	43.701
Encargos sobre as debêntures	1.861	3.985	1.861	3.985
Amortização do ágio	-	-	58.488	6.132
Depreciação e amortização	17	78	19	78
Perdas de créditos financeiros	318	527	318	527
Provisão para contingências e outros	35	(216)	(2)	(179)
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	6.588	6.167
Amortização do arrendamento mercantil	-	-	2.886	2.886
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	8
	(6.629)	7.328	11.420	10.401
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	2.767	(951)
Tributos a recuperar	(31)	(27)	(3.484)	(2.107)
Despesas antecipadas	(19)	(72)	257	106
Adiantamentos a fornecedores	74	(335)	(356)	(923)
Depósitos judiciais	16	(33)	16	(33)
Estoque	-	-	(1.026)	(3.680)
Outros ativos	-	-	(61)	(83)
Partes relacionadas	-	-	(2.853)	(2.218)
Fornecedores	(570)	245	(7.016)	20.682
Obrigações sociais e trabalhistas	67	167	161	235
Obrigações tributárias	2.803	3.350	3.218	6.877
Outros passivos	(34)	1	(3.776)	(3.841)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.349)	(3.163)	(2.349)	(3.163)
	(43)	133	(14.502)	10.901
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(6.672)	7.461	(3.082)	21.302

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(5)	(85)	(5)	(85)
Venda de imobilizado	-	1	-	1
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(5)	(84)	(5)	(84)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	11	-	11
Empréstimo concedido a partes relacionadas	(38.706)	(44.109)	(44.437)	(44.168)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	46.094	37.511	58.464	48.084
Empréstimos captados com partes relacionadas	27.751	9.823	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal	-	-	(4.697)	(10.705)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – juros	-	-	(5.824)	(13.515)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(28.072)	(9.907)	-	(1.208)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	7.067	(6.671)	3.506	(21.501)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	390	706	419	(283)
Saldo no início do exercício	676	2.289	706	3.303
Saldo no final do exercício	1.066	2.995	1.125	3.020

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Multiner S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016		30/06/2016	
	Reapresentação	30/06/2015	Reapresentação	30/06/2015
Receitas	2.625	2.375	66.950	52.042
Venda de energia	-	-	49.104	49.399
Outras receitas	2.625	2.375	17.846	2.643
Insumos adquiridos de terceiros	(2.686)	(2.728)	(69.442)	(11.829)
Custos do serviço	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.762)	(1.068)	(10.824)	(8.374)
Materiais, energia e outros	(924)	(1.659)	(5.321)	(3.453)
Perda/recuperação valores ativos	-	(1)	(53.297)	(2)
Valor adicionado bruto	(61)	(353)	(2.492)	40.213
Retenções	(17)	(78)	(5.208)	(6.213)
Depreciação e amortização	(17)	(78)	(5.208)	(6.213)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	(78)	(431)	(7.700)	34.000
Valor adicionado recebido em transferência	(107.571)	(46.206)	14.007	26.767
Resultado de equivalência patrimonial	(139.800)	(86.039)	(32.276)	(30.585)
Receitas financeiras	32.229	39.833	46.283	57.352
Valor adicionado a distribuir	(107.649)	(46.637)	6.307	60.767
Pessoal	2.893	3.092	4.387	4.691
Remuneração direta	1.488	1.434	2.578	2.602
FGTS	212	114	343	200
Benefícios	438	547	711	892
Honorários dos administradores	755	997	755	997
Tributos	7.687	8.409	32.045	31.889
Federais	7.672	8.384	15.376	16.018
Estaduais	(1)	1	16.653	15.846
Municipais	16	24	16	25
Remuneração de capitais de terceiros	5.346	6.667	94.606	89.507
Aluguéis	789	762	2.075	2.367
Despesas financeiras	4.557	5.905	92.531	87.140
Remuneração de capitais próprios	(123.575)	(64.805)	(124.731)	(65.320)
Prejuízo líquido do período	(123.575)	(64.805)	(123.575)	(64.805)
Participação dos não controladores	-	-	(1.156)	(515)
Valor adicionado distribuído	(107.649)	(46.637)	6.307	60.767

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

1 Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede alterada em 2017 para a cidade de São Paulo/SP – Brasil, que detém autorizações de uso do bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é composta pelos seguintes acionistas: Bolognesi Energia S.A. (31,23% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil, e Brasilterm Energia S.A. (20,49% das ações ON), com sede em Porto Alegre/RS – Brasil e o Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual (48,28% das ações ON).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclua usinas de geração de energia termelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), comércio atacadista de energia elétrica, usina de geração de energia elétrica de fonte eólica.

A capacidade instalada da Companhia em 30 de junho de 2016 é de 236,8 MWh em usinas em operação.

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Empresa	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão / Autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A.	Óleo / GNL	Em operação	Resolução n. 733	24/10/2006	24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria I)	Eólica	Em operação	Resolução n. 663	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria II)	Eólica	Em operação	Resolução n. 662	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Termopower V S.A.	Óleo			Outorga revogada		
Termelétrica Termopower VI S.A.	Óleo			Outorga revogada		

Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros

Pelo não cumprimento de obrigações condicionadas no 1º Aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A., o saldo devedor no passivo não circulante foi contabilizado em sua totalidade no passivo circulante no decorrer do exercício de 2015. As conversões de CCB’s (Cédula de Crédito Bancário) para capital social, deverão ser cumpridas, visto que se trata de um projeto viável para seus investidores. A Diretoria da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, com intuito de equacionar a estrutura do endividamento.

Em 30 de junho de 2016, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia matem a reclassificação da dívida no passivo circulante.

Continuidade operacional

A Companhia apresenta capital circulante negativo em virtude de seu endividamento ter sido reclassificado para o curto prazo, em razão de pendência de aditamento da documentação, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo. O endividamento da Companhia foi preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014 a converter parcela significativa do endividamento das controladas da Companhia em capital de Mesa S.A. ou de Multiner S.A., e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando estes ajustes, a Companhia passará a deter capital circulante positivo.

As principais controladas da Companhia são empresas operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no curto prazo com efeito caixa fora as obrigações com partes relacionadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

c. Moeda funcional, conversão de saldos e transação em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(ii) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

d. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida, e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Diretoria da Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida, se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações

financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia incluem:

	Participação acionária	
	30/06/2016	31/12/2015
2007 Participações S.A.	99,91%	99,91%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do período findo em 30 de junho de 2016 incluem as operações da Companhia e das controladas listadas acima. Entre os principais ajustes de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Eliminação das participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Controladas em conjunto

Apesar da Multiner possuir a maior parte das ações com direito a voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Abaixo as controladas em conjunto da Companhia:

	Participação acionária	
	31/03/2017	31/03/2016
Companhia Energética do Uruguai S.A. - (“CEU”)	71,00%	71,00%
New Energy Options Geração de Energia S.A. - (“NEO”)	80,00%	80,00%

3 Políticas contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Estas exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas.

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os principais ativos financeiros da Companhia e suas controladas são:

(i) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

(ii) Contas a receber

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber como instrumentos

financeiros “empréstimos e recebíveis”. Os saldos de contas a receber incluem valores referentes a faturas emitidas pelo suprimento de energia e créditos relativos a conta de consumo de combustível – CCC.

(iii) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados anualmente para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(iv) Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, elas mantêm esse ativo financeiro e reconhecem um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

b. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

c. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474 de janeiro de 2012 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

(iv) Ajuste ao provável valor recuperável

O imobilizado, investimentos e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas no valor recuperável, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

e. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

f. Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de Renda e contribuição social corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação tem por base estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

g. Reconhecimento de receita das controladas

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(i) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do

mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

h. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia não possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, para os quais seriam requeridos a realização de teste de recuperabilidade.

O principal ativo intangível da Companhia é o ágio resultante na aquisição de controladas.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i. Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

j. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são

reconhecidos como passivo.

k. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para demandas judiciais e outros

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas refere-se o resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 13.

4 Reapresentação de saldos comparativos

As demonstrações financeiras intermediária e respectivas notas explicativas referente ao exercício findo em 30 de junho de 2016 está sendo reapresentado, pois a Companhia complementou as divulgações de suas notas explicativas, efetuou reclassificações e ajustes relacionados aos assuntos abaixo:

Multiner S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora			Consolidado		
	30/06/2016 Reapresentado	Ajustes	Ref. 30/06/2016 Original	30/06/2016 Reapresentado	Ajustes	Ref. 30/06/2016 Original
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.066	-	1.066	1.125	-	1.125
Depósitos vinculados - contas reserva	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	143.197	-	143.197
Impostos a recuperar	1.935	798	(a) 1.137	8.199	1.628	(a) 6.571
Arrendamento financeiro	-	-	-	13.846	325	(d) 13.521
Estoque de peças	-	-	-	17.088	-	17.088
Despesas antecipadas	142	-	142	315	-	315
Adiantamento a fornecedores	1.061	4	1.057	1.723	4	1.719
Outros créditos ativo CP	-	-	-	2.193	1.685	(e) 508
Total ativo circulante	4.204	802	3.402	187.686	3.642	184.044
Não circulante						
Impostos a recuperar	-	-	-	50.306	(63)	(a) 50.369
Arrendamento financeiro	-	-	-	186.430	(3.460)	(d) 189.890
Depósitos judiciais	196	-	196	271	-	271
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	584.454	86.456	(b) 497.998	531.913	57.476	(b) 474.437
Outros créditos ativo LP	20	-	20	20	-	20
Adiantamentos a fornecedores	103	-	103	741	-	741
Bens disponíveis para a venda	-	-	-	147	-	147
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Intangível	261	-	261	111.228	(5)	(c) 111.233
Investimento	57.039	(2.110)	(c) 59.149	-	-	-
Imobilizado	145	-	145	27.967	-	27.967
Propriedade para investimento	5.298	-	5.298	5.298	-	5.298
Total ativo não circulante	647.516	84.346	563.170	914.321	53.948	860.373
Total ativo	651.720	85.148	566.572	1.102.007	57.590	1.044.417

- (a) A Companhia contratou a consultoria tributária da empresa NK Consultoria para revisão e elaboração de um diagnóstico fiscal dos créditos tributários dos últimos 5 anos. O resultado deste diagnóstico é reflexo dos ajustes efetuados na Controladora e Consolidado. Também, houve a reclassificação do Ativo não circulante para o Ativo circulante.
- (b) Anteriormente, a Companhia efetuava o cálculo do IOF diário somente sobre o saldo principal e não capitalizava o IOF que a mutuante pagava. Desta forma, foi realizado o recálculo dos juros e recálculo do IOF efetuando assim a contabilização dos mesmos.
- (c) A diferença na controladora e no consolidado refere-se a recontabilização de equivalência patrimonial sobre os ajustes de juros e IOF sobre mútuos, conforme mencionado na nota de representação (b).
- (d) Anteriormente, a Companhia praticava uma taxa de desconto do qual não foi identificado memória de cálculo. O percentual para a TIR (Taxa Interna de Retorno) era de 10,79% e considerava o valor atualizado da receita, desta forma, a receita financeira era carregada em duplicidade de atualização. Outro ponto identificado é que a Companhia não considerava os custos fixos para fins de cálculo. Para chegar ao valor presente, foi elaborado o cálculo da TIR através das projeções de recebimentos futuros, reduzindo a atualização monetária e os custos fixos. Desta forma, chegou-se ao percentual de 7%. Segue abaixo a reconciliação dos saldos amortizados:

	<u>Consolidado</u>
Leasing financeiro CP	325
Leasing financeiro LP	<u>(3.640)</u>
Total dos ajustes	<u>(3.315)</u>

- (e) O reconhecimento no montante de R\$ 1.685 do ativo refere-se ao direito de reembolso de encargos do uso do sistema de transmissão (Cust's) que a Companhia possui com a Amazonas Energia S.A.. Esse encargo é uma obrigação decorrente de contrato firmado com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e concessionárias de transmissão para prestação do serviço de transmissão de energia.

	Controladora			Consolidado				
	30/06/2016 Reapresentado	Ajustes	Ref.	30/06/2016 Original	30/06/2016 Reapresentado	Ajustes	Ref.	30/06/2016 Original
Passivo								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	541.849	21.122	(f)	520.727
Emprést. e financ. - conversão obrigatória	-	-		-	-	-		-
Debêntures	18.335	-		18.335	18.335	1		18.334
Fornecedores	1.017	-		1.017	264.106	78.223	(g)	185.883
Obrigações sociais e trabalhistas	629	-		629	871	-		871
Obrigações tributárias	38.486	36.768	(h)	1.718	53.739	40.034	(h)	13.705
Partes relacionadas	-	-		-	-	-		-
Outras obrigações	-	-		-	2.750	1.685	(g)	1.065
Total passivo circulante	<u>58.467</u>	<u>36.768</u>		<u>21.699</u>	<u>881.650</u>	<u>141.065</u>		<u>740.585</u>
Não circulante								
Fornecedores	-	-		-	3.374	-		3.374
Obrigações tributárias	85	-		85	2.911	-	(g)	2.911
Impostos diferidos	-	-		-	-	-		-
Provisão para contingências	1.192	-		1.192	2.528	-		2.528
Partes relacionadas	5.510	5.510	(b)	-	10	10		-
Empréstimos e financiamentos	-	-		-	-	-		-
Outras obrigações	2	-		2	5.056	-	(g)	5.056
Provisão passivo a descoberto	510.597	191.502	(i)	319.095	134.120	66.374	(i)	67.746
Total passivo não circulante	<u>517.386</u>	<u>197.012</u>		<u>320.374</u>	<u>147.999</u>	<u>66.384</u>		<u>81.615</u>
Patrimônio líquido								
Capital social	855.828	-		855.828	855.828	-		855.828
Reserva de capital	543.916	-		543.916	543.916	-		543.916
Prejuízos acumulados	(1.323.877)	(148.632)		(1.175.245)	(1.323.877)	(148.656)		(1.175.221)
Total patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>75.867</u>	<u>(148.632)</u>		<u>224.499</u>	<u>75.867</u>	<u>(148.656)</u>		<u>224.523</u>
Acionistas não controladores	-	-		-	(3.509)	(1.203)		(2.306)
Total do patrimônio líquido	<u>75.867</u>	<u>(148.632)</u>		<u>224.499</u>	<u>72.358</u>	<u>(149.859)</u>		<u>222.217</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>651.720</u>	<u>85.148</u>		<u>566.572</u>	<u>1.102.007</u>	<u>57.590</u>		<u>1.044.417</u>

- (f) A Companhia efetuou a revisão do seu endividamento e com isto o recálculo da dívida. O resultado desta revisão é reflexo das recontabilizações no montante de R\$ 21.122 no Consolidado.

(g) Para fins de melhor apresentação foram reclassificados os valores conforme segue:

	Consolidado
Recontabilização de juros da Petrobrás conforme contrato	87.890
Reclassificação de fornecedores para outras obrigações	(1.684)
Reclassificação entre passivo não circulante para circulante	(7.878)
Outras recontabilizações	(105)
Total dos ajustes	78.223

(h) A Companhia realizou a revisão tributária dos últimos 5 anos a fim de identificar e regularizar qualquer passivo tributário. Desta forma, houve a recontabilização dos tributos conforme apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado
Imposto Sobre Operação Financeira (código 1150)	25.622	27.090
Pis sobre faturamento (código 6912)	194	417
Cofins sobre faturamento (código 5856)	1.246	2.174
Contribuição Social (código 2484)	2.569	2.743
Imposto de Renda (código 2362)	7.136	7.610
Total dos ajustes	36.767	40.034

(i) Reflexo em equivalência patrimonial dos ajustes realizados na Controladora e no Consolidado.

	Controladora			Consolidado				
	30/06/2016 Reapresentad o	Ajustes	Ref.	30/06/2016 Original	30/06/2016 Reapresentad o	Ajustes	Ref.	30/06/2016 Original
Receita operacional líquida	-	-		-	27.305	(3.509)	(j)	30.814
Custo dos serviços	-	-		-	(14.538)	4.434	(k)	(18.972)
Lucro bruto	-	-		-	12.767	925		11.842
Receitas (despesas) operacionais								
Gerais e administrativas	(5.892)	218		(6.110)	(8.159)	314		(8.473)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	221	-		221	(43.008)	8.132		(51.140)
Resultado de equivalência patrimonial	(139.800)	(40.187)		(99.613)	(32.276)	(11.752)		(20.524)
Total receitas (despesas) operacionais	(145.471)	(39.969)	(l)	(105.502)	(83.443)	(3.306)	(l)	(80.137)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(145.471)	(39.969)		(105.502)	(70.676)	(2.381)		(68.295)
Despesas financeiras	(5.168)	880		(6.048)	(95.173)	(33.497)		(61.676)
Receitas financeiras	32.229	6.506		25.723	46.283	1.285		44.998
Resultado de equivalência patrimonial	-	-		-	-	-		-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	27.061	7.386	(m)	19.675	(48.890)	(32.212)	(m)	(16.678)
Resultado antes dos impostos	(118.410)	(32.583)		(85.827)	(119.566)	(34.593)		(84.973)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.165)	(1.764)		(3.401)	(5.165)	(1.764)		(3.401)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-		-	-	-		-
Prejuízo líquido do exercício	(123.575)	(34.347)		(89.228)	(124.731)	(36.357)		(88.374)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios não controladores	-	-		-	1.156	2.010		(854)
Prejuízo do exercício atribuído aos sócios controladores	-	-		-	-	-		-
	(123.575)	(34.347)		(89.228)	(123.575)	(36.357)		(89.228)

(j) O montante do ajuste de R\$ 3.509 referente a Receita operacional líquida é reflexo do impacto da mudança da TIR no arrendamento financeiro conforme nota "d".

(k) Segue abaixo a reconciliação do montante de R\$ 4.434 apresentado como correção da rubrica Custos dos serviços:

	Consolidado
Mudança de critério de apresentação classificado anteriormente como despesa	(803)
Mudança de critério de apresentação classificado atualmente como custo	5.032
Outas recontabilizações	205
Total dos ajustes	4.434

(l) Segue abaixo a reconciliação do montante de R\$ 39.969 na Controladora e de R\$ 3.306 no Consolidado apresentado como correção da rubrica Receitas (despesas) operacional:

	Controladora	Consolidado
Recontabilização reversão de provisão	-	8.132
Outas recontabilizações	218	314
Reflexo em equivalência patrimonial dos ajustes realizados	(40.187)	(11.752)
Total dos ajustes	(39.969)	(3.306)

(m) Segue abaixo a reconciliação do montante de R\$ 7.476 na Controladora e de R\$ 187 no Consolidado apresentado como correção da rubrica Receitas (despesas) financeira:

	Controladora	Consolidado
Recontabilização de receita sobre aplicações financeiras	(3.197)	(3.382)
Recontabilização de juros ativo / passivo sobre mútuos	9.703	(2.161)
Recontabilização de juros ativo / passivo sobre empréstimos	-	(28.617)
Outas recontabilizações	880	1.948
Total dos ajustes	7.386	(32.212)

5 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016
	Reapresentado	31/12/2015	Reapresentado	31/12/2015
Caixa	3	3	3	3
Bancos	1	4	57	31
Aplicações Financeiras (i)	1.062	669	1.065	672
Total	1.066	676	1.125	706

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário - CDB e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao CDI - Certificado

de Depósito Interfinanceiro, sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

6 Contas a receber

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
	Reapresentado	Reapresentado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – RAESA (i)	34.745	23.095
(-)Glosa de receita	(1.258)	(420)
Conta de Consumo de Combustível – CCC (ii)	109.533	123.289
Outros	177	-
Total	143.197	145.964

- (i) O saldo refere-se a venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada RAESA. O montante de R\$ 34.745 em 30 de junho de 2016 (R\$ 23.095 em 31 de dezembro de 2015) é composto por:

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
	Reapresentado	Reapresentado
Faturamento Potência Contratada	28.236	18.507
Faturamento O&M	6.509	4.588
Total	34.745	23.095

(ii) O montante de R\$ 109.533 em 30 de Junho de 2016 (R\$ 123.289 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a conta CCC – ISOL (conta consumo de combustível isolado), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

O mandado de segurança foi impetrado, tendo sido julgado procedente, para o fim de, afastando a incidência das Resoluções normativas 347/2009 e 427/2011 da ANEEL, determina à ANEEL o reembolso de combustível adquirido pela RAESA da Petrobrás Distribuidora com base nos valores constantes em Nota Fiscal.

A Procuradoria emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: “o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deve ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009”.

7 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Wartsila Switzerland (i)	-	-	620	180
Somax Ambiental & Acústica Ltda	-	-	522	522
International Chamber Of Com.Process.	513	625	513	625
Nova Energia Serviços Ltda	450	450	450	450
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Areva Transmissão de Energia	-	-	116	116
Outros	98	60	140	113
Total	1.164	1.238	2.464	2.109
Circulante	1.061	1.135	1.723	1.367
Não Circulante	103	103	741	742

(i) Referente a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens cuja utilização serão aplicadas em máquinas e equipamentos.

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
IRPJ (i)	58	50	38.997	31.899
CSLL (i)	13	11	10.753	10.996
IRRF	31	20	2.284	5.276
COFINS	1.287	1.278	4.024	4.500
PIS	277	276	872	977
CADIN	-	-	351	1.026
Outros impostos a recuperar	269	269	1.224	347
Total	1.935	1.904	58.505	55.021
Circulante	1.935	1.904	8.199	11.325
Não Circulante	-	-	50.306	43.696

(i) Os saldos de IRPJ e CSLL, apresentados referem-se a retenções de impostos realizado na fonte da investida Raesa, relativo ao faturamento oriundo de 2009 até 2015. Esta retenção é reconhecida visto que este faturamento está vinculado a órgãos públicos. A Companhia está em processo de análise dos créditos para solicitar a restituição dos valores.

9 Partes relacionadas

(a) Remuneração de pessoal-chave da administração

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Administradores (pró-labore)	517	1.420	517	1.420
Conselho de administração e fiscal	388	808	388	808
Total	905	2.228	905	2.228

(b) Mútuos com partes relacionadas

Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Eólica Adm.e Part.Ltda	78.652	73.145	78.652	73.145
Cia Energética do Uruguai S.A.	14.674	13.604	14.674	13.604
Termelétrica Itapebi S.A.	13.759	11.527	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.809	1.668	-	-
2007 Participações S.A.	14	13	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	589	546	589	546
Termelétrica Trapiche I S.A.	47	44	47	44
Termelétrica Trapiche II S.A.	46	42	46	42
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	899	819	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	2.741	2.526	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	1.502	1.379	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	264.651	245.344	264.651	245.344
New Energy Options S.A.(ii)	94.406	108.521	93.126	108.521
Rio Amazonas Energia S.A.	30.537	95.025	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	53.121	49.246	53.121	49.246
Termelétrica Pernambuco III S.A.	27.007	25.037	27.007	25.037
Total	584.454	628.486	531.913	515.529

Saldos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Eólica Tecnologia Ltda	-	-	10	10
Rio Amazonas Energia S.A. (ii).	4.228	72.316	-	-
New Energy Options S.A	1.282	-	-	-
Total	<u>5.510</u>	<u>72.316</u>	<u>10</u>	<u>10</u>

- (i) Ao decorrer do exercício de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., no valor de R\$ 144.676, os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com Multiner S.A. de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures.

Adicionalmente, a Bolognesi Energia assumiu dívidas dos antigos acionistas da Multiner S.A., no montante de R\$ 25.765. Ambos valores são remunerados sobre a variação de 105% do índice CDI.

	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Principal	144.676	152.459
Assunção de dívida	25.765	23.968
Juros e IOF	<u>94.210</u>	<u>68.917</u>
Total	<u>264.651</u>	<u>245.344</u>

Esse valor deverá ser utilizado quando da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas, conforme descritas na nota explicativa nº 9b.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, há a incidência de IOF – Imposto sobre Operação Financeira – os quais são devidamente registrados e recolhidos.

- (ii) O saldo no ativo refere-se a cédula de crédito bancário (CCB's) adquiridos no âmbito da reorganização financeira da Multiner. Os referidos CCB's possivelmente serão convertidos em capital social.

Reconhecimento de Juros Resultado:

(Despesa) – Receita

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado
Bolognesi Energia S.A.	17.407	13.285	17.407	13.285
Eólica Adm.e Part.Ltda	4.941	3.796	4.941	3.796
Central Energética Palmeiras S.A.	3.494	2.662	3.494	2.662
New Energy Options S.A.	1.942	8.761	1.942	8.761
Termelétrica Pernambuco III S.A.	1.776	1.328	1.776	1.328
Cia Energética Uruguai - CEU	965	735	965	735
Rio Amazonas Energia S.A.	(1.791)	3.805	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	866	777	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	119	138	-	-
2007 Participações S.A.	1	1	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	39	30	39	30
Termelétrica Trapiche I S.A.	3	2	3	2
Termelétrica Trapiche II S.A.	3	2	3	2
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	58	48	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	180	148	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	98	83	-	-
Total	<u>30.101</u>	<u>35.601</u>	<u>30.570</u>	<u>30.601</u>

10 Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, os equipamentos e edificações da controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA) se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7%, de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usina. A seguir, os critérios utilizados para embasar como Leasing financeiro:

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido, e;
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O valor reconhecido como arrendamento financeiro a receber é de:

	<u>30/06/2016</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2015</u>
Leasing financeiro	200.276	206.864
Circulante	13.846	13.396
Não circulante	186.430	193.468

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente são os seguintes:

	<u>30/06/2016</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2015</u>
Até 1 ano	13.846	13.396
Acima de 1 ano até 5 anos	84.790	82.024
Acima de 5 anos	101.640	111.444
Total	<u>200.276</u>	<u>206.864</u>

11 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento consistem em terrenos, no município de Sapeaçu/BA e Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, empresas cujas outorgas foram revogadas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2016</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>30/06/2016</u> <u>Reapresentado</u>	<u>31/12/2015</u>
Terrenos	5.298	5.298	5.298	5.298
Total	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

Estas propriedades estão registradas ao método de custo, porém para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve laudos de avaliação de algumas de suas propriedades para determinação e divulgação do valor de mercado. Estes laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Control Consulting Avaliação e Gestão de Ativos LTDA.

Com base nestes estudos, concluiu-se que o valor recuperável (valor de mercado deduzido custos de negociação) destes ativos é de R\$ 7.931, valor este superior ao valor contábil, não havendo assim necessidade de se constituir provisão para perda do valor recuperável (impairment) destes ativos, que estão reconhecidos pelo método de custo e em conformidade com a norma contábil vigente, CPC 01.

A Diretoria da Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12 Intangível

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Ágio proveniente de compra vantajosa (i)	-	-	57.039	57.039
Ágio expectativa de rentabilidade futura - goodwill (ii)	-	-	53.891	112.378
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	7	10	10	16
Obras de arte	-	-	34	34
Total	261	264	111.228	169.721

(i) Ágio apurado na aquisição de investimento:

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options Geração de Energia S.A.:

A Companhia realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação das usinas. Considerando o valor presente dos fluxos de caixa, o ágio apurado foi de R\$ 15.503.

O saldo de ágio remanecente de R\$15.503, gerado na aquisição dos investimentos da NEO possui vida útil definida e é amortizado pelo prazo da autorização do funcionamento das UGCs Alegria I e II, findo em 2031.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações:

Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação das usinas. Considerando o valor presente dos fluxos de caixa, o ágio apurado de R\$ 41.536.

Com base na avaliação anual de recuperabilidade destes intangíveis, no exercício de 2011, a Companhia registrou uma provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$34.671, por falta de expectativa de recuperabilidade futura do ágio então registrado na 2007 Participações S.A., que advém da aquisição da RAESA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou análise de recuperabilidade destes ágios e identificou a necessidade de constituir provisão adicional no montante de R\$41.536, referente a este mesmo ágio.

(ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura - goodwill:

Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.

(iii) Projeto Iraí:

Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S.A. em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. A Companhia está estudando maneiras de marcar o ativo para venda para recuperar os montantes já investidos no projeto.

13 Investimentos

a. Controladora – Passivo (Provisão para perda de investimento)

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	2007 Participações S.A	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Informações sobre a empresa em 30/06/2016	(0)	(0)	0	-	-	-	-	(0)	
Ativo circulante	-	51.666	-	1.105	145	1	173	74	
Ativo não circulante	53.891	915.731	11.132	23.264	5.075	5	-	-	
Passivo circulante	(360.497)	(301.645)	(1.185)	(34.993)	(1.414)	(606)	(2)	(4)	
Passivo não circulante	(40.749)	(826.580)	(17.736)	(16.757)	(3.521)	(899)	(2.740)	(1.502)	
Resultado do período	(115.140)	(39.393)	(1.071)	7.027	(162)	(75)	(208)	(118)	
Patrimônio líquido	347.355	160.828	7.790	27.381	(285)	1.499	2.569	1.432	
Percentual de participação	99,00%	80,00%	71,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
Valor contábil do investimento	343.807	128.662	5.531	27.381	(285)	1.499	2.569	1.432	510.596
Provisão para perda de investimento	(121.563)	(28.170)	(3.462)	(24.314)	(82)	(1.353)	(2.241)	(1.307)	(182.492)
Aumento de Capital	-	-	-	4.532	945	83	242	172	5.974
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	-	-	(445)	-	-	-	(445)
Equivalência patrimonial	(108.256)	(68.978)	(1.308)	(14.626)	(418)	(155)	(362)	(179)	(194.282)
Investimento em 31/12/2015	(229.819)	(97.148)	(4.770)	(34.408)	-	(1.425)	(2.361)	(1.314)	(371.245)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa por falta de expectativa de rentabilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	-	-	447	-	-	-	447
Equivalência patrimonial	(113.988)	(31.514)	(760)	7.027	(162)	(75)	(208)	(118)	(139.798)
Investimento em 30/06/2016	(343.807)	(128.662)	(5.531)	(27.381)	285	(1.499)	(2.569)	(1.432)	(510.596)

b. Consolidado – Provisão (Provisão para perda de investimento)

(i) Em 30 de Junho de 2016, o saldo do consolidado refere-se a soma das investidas New Energy Options Geração de Energia S.A. no montante de (R\$ 148.563) e Cia Energética Uruguai – CEU no montante de (R\$ 7.626). Ambas empresas não consolidam por obter o controle compartilhado, conforme demonstrado em nota explicativa nº 2d.

c. Controladora – Ativo

	NEO	Itapebi	Monte Pascoal	Ágio	Total
Informações sobre a empresa em 30/06/2017	(0)	-	-		
Patrimônio líquido	(160.828)	(27.381)	285		
Ativo circulante	51.666	1.105	145		
Ativo não circulante	915.731	23.264	5.075		
Passivo circulante	301.645	34.993	1.414		
Passivo não circulante	826.580	16.757	3.521		
Resultado do período	-	7.027	(162)		
Percentual de participação	80%	100%	100%		
Investimento em 31/12/2015	-	-	445	57.039	57.484
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Baixa por falta de expectativa de rentabilidade	-	-	-	(41.536)	(41.536)
Equivalência patrimonial	-	-	(1.662)	-	(1.662)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	1.217	-	1.217
	-	-	-	15.503	15.503
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	-	-	-
Investimento em 30/06/2016	-	-	-	15.503	15.503

Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A. (CEU), dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte de R\$ 1.068 restantes na CEU não será realizado, em função do objetivo do estudo de viabilidade para vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

14 Imobilizado

Composição do saldo

Controladora					
Itens	Taxa de Depreciação (%)	30/06/2016 Reapresentado			31/12/2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	0
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	24	(13)	11	8
Móveis e utensílios	6,25%	129	(77)	52	57
Instalações	10,0%	28	(22)	6	7
Equipamentos de informática e comunicação	6,25% e 6,25% respectiva	308	(232)	76	83
Total		1.015	(870)	145	154

Consolidado					
Itens	Taxa de Depreciação (%)	30/06/2016 Reapresentado			31/12/2015
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	0,0%	14.540	-	14.540	14.540
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	0
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	13.384	-	13.384	13.384
Móveis e utensílios	6,25%	30	(17)	13	17
Instalações	10,0%	28	(22)	6	7
Equipamentos de informática e comunicação	6,25% e 6,25% respectiva	55	(31)	24	30
Total		28.563	(596)	27.967	27.978

O saldo do consolidado refere-se ao montante residual, após análise de *impairment*, de máquinas e equipamentos que foram adquiridos para as investidas que tiveram sua outorga revogadas.

Movimentação do imobilizado

Controladora						
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	8	56	7	83	154
	-	8	56	7	83	154
Adições	-	4	-	-	1	5
Provisão de ajuste ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1)	(4)	(1)	(8)	(14)
Saldo em 30 de junho de 2016	-	11	52	6	76	145

Multiner S.A.
 Notas explicativas às informações trimestrais
 30 de junho de 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado							
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.540	-	13.384	17	7	30	27.978
	14.540	-	13.384	17	7	30	27.978
Adições	-	-	-	-	-	1	1
Provisão de ajuste ao valor recup	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	(4)	(1)	(7)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.540	-	13.384	13	6	24	27.967

15 Estoque

	30/06/2016	31/12/2015
	Reapresentado	Reapresentado
Peças para reposição	17.088	16.062
Total	17.088	16.062

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA).

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	201.027	199.523
Caterpillar Motoren GMBF & CO (ii)	-	-	33.325	42.504
Wartsila Brasil Ltda (iii)	-	-	13.549	9.675
Wartsila Finland OU (iii)	-	-	4.276	5.132
Wartsila Switzerland (iii)	-	-	7.009	8.426
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	1.103	1.103
Medabil Sistemas Construtivos S/A (iv)	-	-	723	2.060
Soenergy-Sistemas Intern. de Energia S/A	-	-	303	580
Outros	1.017	1.587	6.165	7.553
Total	1.017	1.587	267.480	276.556
Circulante	1.017	1.587	264.106	273.182
Não circulante	-	-	3.374	3.374

(i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado pela Eletrobrás (via conta CCC), conforme nota explicativa nº 6.

(ii) O saldo em aberto com Caterpillar, refere-se a processo judicial, sendo reconhecido como causa de perda provável, vide nota explicativa nº 20.

(iii) O saldo em aberto com as empresas Wartsila referem-se a fornecimento de serviços de operação e manutenção e peças para manutenção dos motores das investidas. A Companhia está em tratativa com o fornecedor, no intuito de renegociar prazos e valores

(iv) Ação de cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre Medabil Sistemas Construtivos e Termelétrica Itapebi S.A. para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.

17 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
IOF (ii)	25.949	24.273	27.438	25.657
IRPJ (iii)	8.128	5.790	8.602	6.109
CSLL (iii)	2.928	2.092	3.102	2.208
PIS	194	85	490	350
COFINS	1.246	567	2.528	1.722
ICMS (i)	-	-	2.869	2.884
Outros	40	45	231	282
Total	38.485	32.852	45.260	39.212
Parcelamentos:				
ICMS (i)	-	-	11.305	15.545
Imposto Territorial Rural	85	99	85	99
Total	85	99	11.390	15.644
Total geral	38.570	32.951	56.650	54.856
Circulante	38.485	32.852	53.739	47.691
Não circulante	85	99	2.911	7.165

(i) O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é oriundo das operações de venda de energia pela investida Rio Amazonas Energia S.A. Em dezembro de 2012, o montante em aberto de R\$ 46.321 foi renegociado junto à Secretaria do Estado do Amazonas, através de processo de parcelamento pactuado em 60 meses, com término em outubro de 2017.

(ii) O saldo de imposto sobre operações financeiras (IOF) é oriundo das operações entre partes relacionadas. Conforme nota explicativa de eventos subsequentes nº 26, a Companhia efetuou o parcelamento dos valores devidos no Programa de Regularização Tributária.

(ii) O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre lucro referem-se a reapuração dos exercícios anteriores, desta forma, apurou-se base a tributar. Conforme nota explicativa de eventos subsequentes nº 26, a Companhia efetuou o parcelamento dos valores devidos no Programa de Regularização Tributária.

18 Empréstimos e financiamentos e debêntures

a. O saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures em 30 de junho de 2016 e 2015 é composto da seguinte forma:

Controladora									
Financiadores / Credores	Empresa	Espécie	Valor Contratação	30/06/2016 Reapresentação			31/12/2015		
				Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	6.112	6.112	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.000	12.223	12.223	-	11.043	11.043	-
		Total	9.000	18.335	18.335	-	16.565	16.565	-
Consolidado									
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	30/06/2016 Reapresentação			31/12/2015		
				Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante	Saldo Devedor	Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Não Circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	6.112	6.112	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.000	12.223	12.223	-	11.043	11.043	-
		Total	9.000	18.335	18.335	-	16.565	16.565	-
Postalís (i)	Raesa	CCB	38.850	71.802	71.802	-	62.998	62.998	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	CCB	165.050	195.195	195.195	-	181.612	181.612	-
Fundos de Pensão	Raesa	CCB	69.090	274.852	274.852	-	248.355	248.355	-
		Total	272.990	541.849	541.849	-	492.965	492.965	-

b. Principais características dos empréstimos e financiamentos

Controladora																	
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	31/03/2016			31/12/2015					
									Reapresentação			Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer						
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1			
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1			

Consolidado																	
Financiadores / Credores	Empresa	Atividade	Valor Contratação	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	31/03/2016			31/12/2015					
									Reapresentação			Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer						
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	31/10/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1			
Fundiágua	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/10	09/08/10	01/07/16	1	-	1	1	-	1 (i)			
Postalís	Raesa	Térmica	38.850	CCB	10% a.a. + IGPM	20/04/06	20/04/06	25/01/16	1	-	1	1	-	1 (i)			
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	165.050	CCB	9,95% a.a. + IGPM	17/02/06	17/02/06	15/12/16	24	-	24	24	-	24 (ii)			
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	CCB	9,11% a.a. + IGPM	26/09/06	26/09/06	15/01/27	140	-	140	140	-	140 (ii)			

(i) Conversão Obrigatória

Conforme acordo celebrado no contrato de reorganização e de financiamento da Companhia, estas dívidas serão convertidas em capital, após a conclusão de determinadas ações estabelecidas no referido contrato, as quais estão descritas de forma mais detalhada nesta nota explicativa.

(ii) Negociação para Repactuação e Conversão

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCBs (cédula de crédito bancário) para alongamento/repactuação da dívida, que tem como vencimento inicial em 15/12/16.

A Companhia está em tratativas com os detentores dos CCB's (Cédula de Crédito Bancário) para alongamento da dívida e conversão de parte em capital, em linha com os termos e condições aceitos previamente por outros credores.

Covenants:

Em 14 de Julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012, cuja parte das dívidas ainda precisam ser convertidas em capital ou alongadas. As CCB's das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCB's estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 30 de junho de 2016, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia matem a reclassificação da dívida no passivo circulante.

Garantias dos financiamentos:

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está renegociando parte das CCB's atualmente que esteja de acordo com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em Circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Desta forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento e ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 30 de junho de 2016 é de R\$ 1.321.629 e (R\$ 855.828 em 31/12/15) dividido em 20.280.081 (Vinte milhões, duzentos e oitenta mil e oitenta e um) ações. Segue abaixo a composição das ações:

31/12/2015						
Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.535	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.296	7.877.739	1	1	6.532.211	311.344
30/06/2016						
Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	
Bolognesi Energia S.A.	2.806.848	2.806.846	1	1	-	
Brasilterm Energia S.A.	1.841.128	1.841.128	-	-	-	
Multiner Fundo de Invest. em Participações	15.632.105	4.338.360	-	-	11.293.745	
	20.280.081	8.986.334	1	1	11.293.745	

(b) Evolução do Patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas; e
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia.

Nesta mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando:
 - a) Total integralização do atual capital social da Companhia; e
 - b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R\$ 391.636, sendo R\$ 99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A..

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo:
 - a) R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações;

b) R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A..

- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição;
- Outros créditos no valor de R\$ 236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais;
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R\$ 225.921.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$ 11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$ 0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A.;
- O acionista Bolognesi realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$ 100.000.000,00 (corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.12) até 31.12.15. Adicionalmente o acionista Bolognesi está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.920.666,67 (também corrigido pelo IPCA a partir de 28.03.16) até 31.12.2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 03 de junho de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas sobre o prazo e viabilidade para listagem no Bovespa Mais.

Em 08 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 (cento e vinte e duas mil, duzentas e dezesseis) Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner

Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 (novecentas e cinquenta mil) Ações Ordinárias e 1.135.000 (um milhão, cento e trinta e cinco mil) Ações Preferenciais da Classe B;

- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S/A e Brasilterm Energia S/A.

Em 14 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Até 31 de Dezembro de 2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.;
- A Companhia está estudando a melhor maneira de anular ou retificar os atos realizados na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências, gerando assim um desalinhamento na legislação societária vigente.

(c) Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que

equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

(d) Reserva de capital para investimento

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$78.115, gerado na Combinação de Negócios, referente a aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009 e, (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada 2009.

(e) Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

20 Provisão para contingência

(a) Causas prováveis

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015	30/06/2016 Reapresentado	31/12/2015
Contingências trabalhistas	1.192	1.157	1.192	471
Contingências diversas	-	-	1.336	-
Total	1.192	1.157	2.528	471

(b) Causas possíveis

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía em andamento 9 processos judiciais, cujo montante aproximado é de R\$ 67.938 na controladora e R\$ 232.065 para suas controladas, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, para os quais a Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

	Controladora	
	30/06/2016	30/06/2015
	Reapresentado	Reapresentado
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (i)	32.938	105.672
Amazonas Energia S.A. (ii)	-	21.393
Distribuidoras diversas (iii)	35.000	105.000
Total	67.938	232.065

(i) Refere-se a aplicação da Penalidade pela ANEEL referente a revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações, sendo citada como polo passivo no processo as investidas Monte Pascoal, Itapebi, Multiner, Termopower V e VI. Vide nota explicativa de eventos subsequentes nº 26.

(ii) Refere-se ao processo administrativo em andamento junto a Distribuidora Amazonas Energia S.A. em razão do atraso na conversão da Usina Rio Amazonas Energia S.A.(RAESA) para operação bicomustível.

(iii) Refere-se a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Vide nota explicativa de eventos subsequentes nº 26.

21 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
	Reapresentado	Reapresentado
Potência contratada (i)	53.930	50.937
O&M (ii)	12.914	12.585
Total Receita Bruta	66.844	63.522
PIS (iii)	(827)	(1.048)
COFINS (iii)	(3.809)	(4.828)
ICMS	(16.711)	(15.880)
Glosa de potência garantida (v)	(4.230)	(601)
Pesquisa e desenvolvimento	(450)	(414)
Arrendamento Financeiro – RAESA (iv)	(13.512)	(13.522)

Total Deduções	(39.539)	(36.293)
Receita líquida de vendas	27.305	27.229

(i) Potência contratada

O valor apresentado como potência contratada refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. junto a empresa Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW.

(ii) O&M

O valor apresentado como O&M refere-se a parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC – 1819/2005, firmado entre a controlada Rio Amazonas Energia S.A. junto à empresa Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento pela energia fornecida referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

(iii) PIS e COFINS

Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da usina Rio Amazonas Energia S.A..

(iv) Arrendamento financeiro - RAESA

O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

22 Custo do serviço

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
	Reapresentado	Reapresentado
Comercialização de energia no mercado de curto prazo	(2.152)	-
Operação e manutenção – Peças e serviços (i)	(7.497)	(5.266)
Óleo lubrificante	(1.729)	(1.348)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.239)	(1.586)
Salários e encargos	(1.761)	(1.759)
Outros	(160)	(125)

Total custo do serviço (14.538) (10.084)

(i) Saldo de operação e manutenção representa os valores investidos em manutenção periódica dos motores da investida indireta Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA). Inclui-se neste saldo a aplicação de peças a mão de obra dispendida com esta aplicação.

23 Despesas operacionais

(a) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado
Impostos e taxas	(1.514)	(226)	(1.945)	(561)
Provisão para contingências	(35)	(272)	(35)	(309)
Serviços jurídicos	(77)	(75)	(288)	(684)
Processos judiciais	(238)	(948)	(238)	(948)
Serviços de consultoria administrativa	(933)	(339)	(1.016)	(351)
Aluguel	(790)	(762)	(837)	(782)
Honorários de administração	(517)	(809)	(517)	(822)
Honorários de conselho	(388)	(388)	(388)	(388)
Luz, água, telefone e internet	(252)	(272)	(198)	(304)
Serviços de auditoria	(132)	(35)	(132)	(48)
Viagens	(239)	(354)	(270)	(381)
Multas contratuais	-	-	(156)	-
Serviços de engenharia	(257)	(474)	(257)	(700)
Outros	(520)	(491)	(1882)	(1563)
Total das despesas gerais e administrativas	(5.892)	(5.445)	(8.159)	(7.841)

(b) Outras (receitas) despesas

Outras Despesas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado
Perda de ativo não recuperável	-	-	(53.297)	-
Amortização de ágio – goodwill	-	-	10.069	(6.132)
Reversão de despesas	221	486	220	599
Outras despesas (receitas)	-	-	-	37
Total de outras despesas	221	486	(43.008)	5.496

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado	30/06/2016 Reapresentado	30/06/2015 Reapresentado
Rendimento de aplicação financeira	64	68	64	257
Juros ativos sobre mútuo	31.961	39.586	33.806	43.569
Juros ativos sobre créditos tributários	18	15	2.383	1.557
Variações cambiais ativas	184	164	3.066	4.604
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	6.925	7.354
Descontos obtidos	2	-	39	11
Outras receitas financeiras	-	-	-	-
Total de receitas financeiras	32.229	39.833	46.283	57.352
Juros sobre cédula de crédito bancário	-	-	(48.560)	(48.435)
Multas passivos sobre débitos tributários	(653)	(476)	(812)	(491)
Juros passivos sobre mútuo	(1.861)	(3.986)	-	(15.482)
Juros sobre debêntures	(1.770)	(1.235)	(1.770)	(1.235)
Despesas bancárias	(10)	(9)	(12)	(12)
Multas contratuais	(30)	(35)	(11.384)	(3.112)
Multas passivos sobre débitos tributários	(275)	(582)	(1.945)	(1.245)
Variações cambiais passivas	(212)	(150)	(932)	(7.553)
P&D	-	-	(316)	(235)
Impostos sobre operação financeira - IOF	(336)	(527)	(836)	(1.037)
Juros contratuais	(2)	-	(28.587)	(10.418)
Outras despesas financeiras	(19)	(28)	(19)	(28)
Total de despesas financeiras	(5.169)	(7.028)	(95.173)	(89.283)
Total do resultado financeiro	27.061	32.805	48.890	31.931

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Diretoria da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2016, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração		Controladora			
		30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	1.066	1.066	676	676
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Empréstimos e recebíveis	584.454	584.454	628.486	628.486
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 16)	Empréstimos e recebíveis	1.017	1.017	1.587	1.587
Mútuo com Partes Relacionadas (Nota 9b)	Empréstimos e recebíveis	5.510	5.510	72.316	72.316
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	Custo amortizado	18.335	21.821	16.565	19.491
Mensuração		Consolidado			
		30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	1.125	1.125	706	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Empréstimos e recebíveis	531.903	531.903	515.529	515.529
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 16)	Empréstimos e recebíveis	267.480	267.480	276.556	276.556
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	Custo amortizado	560.184	676.247	509.530	612.743

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto financiamentos e debêntures, a Diretoria da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um, método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros					
		Controladora			
		30/06/2016		31/12/2015	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	1.066	1.066	676	676
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Nível 1	584.454	584.454	628.486	628.486
		Consolidado			
		30/06/2016		31/12/2015	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	1.125	1.125	706	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Nível 2	531.903	531.903	515.529	515.529

Nos termos do item 32 do Pronunciamento Técnico CPC 14: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, dada a ausência de preço de mercado para os passivos financeiros, e não realização de captações recente pela Companhia, utilizamos como metodologia para estimar o valor juros dos passivos financeiros Nível 2 o desconto do fluxo de caixa da operação descontando pela taxa livre de risco, desconsiderando eventuais alterações do spread de risco de crédito da operação. Caso fossem considerados alterações do nível de risco de crédito dos passivos financeiros poderíamos chegar a valores materialmente distintos.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento,

normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado;

- Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificados como passivo financeiro ao custo amortizado;
- Empréstimos e financiamentos: Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado;
- Contratos de mútuo: Estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

b. Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.066	676	1.125	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	584.454	628.486	531.903	515.529

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	1.066	676	1.125	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	584.454	628.486	531.903	515.529
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores (Nota 16)	1.017	1.587	267.480	276.556
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	5.510	72.316	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debentures (Nota 9a)	18.335	16.565	560.184	509.530

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2016

A Diretoria da Companhia considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2016. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os Empréstimos e Financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

Controladora						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>	Posição em 30/06/2016	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Empréstimos	568.210					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Varição índice Selic		9,51%	14,26%	19,01%	23,77%	28,52%
Exposição - Empréstimos		54.019	81.028	108.037	135.047	162.056

Controladora						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>	Posição em 30/06/2016	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Empréstimos	18.335					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Varição índice Selic		9,51%	14,26%	19,01%	23,77%	28,52%
Exposição - Empréstimos		1.743	2.615	3.486	4.358	5.229

Controladora						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>	Posição em 31/12/2015	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Empréstimos	520.753					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Varição índice Selic		8,83%	13,25%	17,66%	22,08%	26,50%
Exposição - Empréstimos		45.995	68.993	91.990	114.988	137.985

Controladora						
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>	Posição em 31/12/2015	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
Empréstimos	16.565					
		-50%	-25%	Provável	25%	50%
Varição índice Selic		8,83%	13,25%	17,66%	22,08%	26,50%
Exposição - Empréstimos		1.463	2.195	2.926	3.658	4.389

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas, taxa média de SELIC divulgado pelo Banco Central do Brasil. Calculamos a taxa de desconto utilizando a taxa média de SELIC divulgado pelo Banco Central do Brasil acrescido do spread dos juros contratados. Nos termos do item 32 do Pronunciamento Técnico CPC 14: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento,

Mensuração e Evidenciação, dada a ausência de preço de mercado para os passivos financeiros, e não realização de captações recente pela Companhia, utilizamos como metodologia para estimar o valor juros dos passivos financeiros Nível 2 o desconto do fluxo de caixa da operação descontando pela taxa livre de risco, desconsiderando eventuais alterações do spread de risco de crédito da operação. Caso fossem considerados alterações do nível de risco de crédito dos passivos financeiros poderíamos chegar a valores materialmente distintos.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Clientes;
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e,
- Fornecedores.

26 Eventos subsequentes

Compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs)

Em 03 de março de 2016, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA), no montante de R\$ 68.665, que até então estavam reconhecidos como mútuo entre RAESA e Multiner S.A.

Processos judiciais

Em julho de 2016 a Companhia obteve decisão desfavorável exigindo pagamento a Caterpillar Motoren GmbH & Co. no montante de R\$ 33.036, fixados em sentença arbitral estrangeira, referente a motores que seriam utilizados no projeto da Termelétrica Itapebi S.A. Tal valor havia sido provisionado como contingência. Atualmente, a Companhia está empenhando esforços para negociar as condições de pagamento para encerramento das obrigações junto este fornecedor.

Em 2017 a Companhia recebeu a ação de cobrança, processo nº 0429239-20.2016.8.19.001 (46º Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro) ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM, decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato

de Suprimento de Energia nº OC 1819/2005, firmado em 20/05/2005, pela RAESA e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O valor do débito em questão seria de R\$ 208.318.407,75 (duzentos e oito milhões e trezentos e dezoito mil e quatrocentos e sete reais e setenta e cinco centavos). Como provas fundamentais, a BR Distribuidora juntou aos autos um rol de notas fiscais relativas aos supostos valores em aberto, muito embora tenha reconhecido a existência de “pagamentos parciais” de alguns desses valores, sem, contudo, especificá-los.

Em 27/03/2017 a RAESA ofereceu contestação dotada de diversas defesas diretas e indiretas, posteriormente, a BR Distribuidora abordou superficialmente as teses de defesa ofertadas pela contestação e reiterou os pedidos iniciais. Foi então apresentada pela RAESA, de imediato, uma petição chamando a atenção do Juízo para a existência de questões preliminares e prejudiciais de mérito, suscitadas pela contestação, que deveriam ser apreciadas pelo julgador antes de eventual sentença de mérito; ou mesmo antes de se determinar a indicação das provas que se pretende produzir nos autos. Evitando-se a consumação da preclusão, contudo, referido requerimento pugnou pela produção de prova documental e, eventualmente, de prova pericial contábil. A BR Distribuidora, por sua vez, não indicou provas adicionais.

No momento aguarda-se uma manifestação da juíza a respeito dessas preliminares e também do pedido de realização de perícia sobre os números apresentados pela BR Distribuidora.

Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobrás para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 – em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas 6 (seis) decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado.

Cumprе ressaltar que o passivo decorrente do fornecimento de óleo combustível foi criado durante o período de tramitação do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, em razão do descumprimento das decisões judiciais pela Eletrobrás, de forma que a cobrança da BR Distribuidora, ajuizada no Rio de Janeiro/RJ, se relaciona diretamente aos valores abordados no indicado Mandado de Segurança, que tramita em Brasília/DF.

Nesse sentido, esclarece-se, por fim, que o passivo criado durante a tramitação do MS nº 0029183-21.2009.4.01.3400, recentemente, tornou-se objeto de execução provisória proposta com a finalidade de se perseguir a efetivação destes créditos em prol da companhia, que hoje alcançam a soma de R\$ 228.745.522,00. Esta execução provisória tramita perante o mesmo juízo originário em que tramitou o mandado de segurança referente à CCC-ISOL (4ª Vara Federal de Brasília), e, atualmente, aguarda a juntada aos autos do mandado de citação da Eletrobrás, devidamente cumprido.

Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/14, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que

não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/14), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado.

Em 24/08/2017 o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R\$ 15.108. Em outubro de 2017 foi apresentada exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A decisão está pendente de publicação.

Operação Greenfield

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia à época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada “Greenfield”, foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, aquela mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

- (i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R\$ 60, para os atuais colaboradores da empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R\$ 55 mensais;
- (ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;
- (iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;
- (iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria e publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e,
- (v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível.

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda. (“BDO”) para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 (“FASE I”), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014

(FASE II). Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e,
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo do trabalho a BDO concluiu preliminarmente que o controle interno da Companhia possuía algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, sem a aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras de cotação e aquisição, relacionado ao processo de contratação de fornecedores.

Adicionalmente, com o intuito de auxílio nas investigações, prevenção à fraude, governança corporativa e devida adequação dos processos internos, entre outros, a Diretoria da Companhia criou no final de 2016 uma área de Compliance e Auditoria Interna, que está adotando novas políticas de compras e implantação de código de ética.

Auto de infração fiscal

Em 17 de janeiro de 2017, foi lavrado pela Receita Federal do Brasil, o Termo de ciência de lançamentos e encerramento total do procedimento fiscal nº0710800.2014.01301. O presente procedimento verificou, por amostragem, o cumprimento das obrigações tributárias, resultando na lavratura dos documentos de lançamento abaixo especificados, onde consta o detalhamento do crédito tributário lançado de ofício, a intimação ao sujeito passivo para cumprir a exigência, a descrição dos fatos e enquadramento legal das irregularidades por ventura observadas:

Processo	Documento	Tributo	Passivo Tributário
12448-720.223/2017-73	Auto de Infração	CIDE REMESSAS	183
12448-720.155/2017-42	Auto de Infração	IOF	17.870
12448-720.351/2017-17	Auto de Infração	IRRF	16
		TOTAL	18.069

A Companhia efetuou o parcelamento dos débitos acima através do Programa de Regularização Tributária, com aproveitamento dos benefícios, conforme mencionado abaixo.

Adesão ao Programa de Regularização Tributária

A Companhia efetuou a revisão tributária dos últimos cinco exercícios, com base nas representações contábeis, conforme demonstrações financeiras intermediárias com data base em

31/12/15. Desta forma, identificou-se saldos a pagar de Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) e Imposto Sobre Operação Financeira (IOF). O montante apurado foi inserido no Programa de Recuperação Tributária (PRT), através da Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017. O parcelamento foi efetuado em 24 vezes e o saldo remanescente foi compensado com créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição acumulados.

Acordos

Em 14 de setembro de 2017, a Raesa firmou o instrumento de negociação dos valores em aberto com o fornecedor Wartsila (vide nota explicativa nº 14). Tais montantes referem-se a fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha, sendo essa negociação aprovada por todas as partes em 06 de dezembro de 2017. A negociação indica que a Raesa pagará o saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025.

Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia e a controlada Itapebi celebraram acordo com o fornecedor Caterpillar Motoren GmbH & Co. (vide nota explicativa nº 14). Em 18 de dezembro de 2017, o acordo foi devidamente homologado pelo Juízo da 4ª Vara Federal da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, nos termos do processo nº. 0055786-98.2016.4.02.5101, mediante o pagamento de parcela inicial. Conforme acordo, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.

Em 18 de maio de 2017, a Raesa celebrou o acordo extrajudicial com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, no valor de R\$138.812 para o recebimento dos valores da conta CCC – ISOL (Conta Consumo Combustível Isolado), sendo em 14 de dezembro de 2017, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça. Conforme acordo, o valor será recebido pela Raesa em 24 parcelas mensais consecutivas devidamente atualizadas pelo IPCA. A transação é causa para extinção dos processos nº 2009.01.1.010243-8, 209.01.1.030564-5, 2009.01.1.139018-8 e 2012.01.1.158233-5 ajuizadas pela Raesa em face da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Rerratificações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovado a rerratificação das deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º e 14 de março de 2016. Em especial, o de tornar sem efeito os atos realizados, dado que tal alteração gerou o desequilíbrio da proporção entre as quantidades de ações ordinárias e preferências. Desta forma, cabe ressaltar que a Companhia, atualmente, equalizou o número de ações emitidas, de maneira a ficar em cumprimento com a legislação societária brasileira.

Processos de Arbitragem

Foram instaurados dois procedimentos arbitrais, sendo um para discutir novamente a rescisão do contrato firmado com o fornecedor Tecmon (sendo que o antigo procedimento arbitral foi extinto e reinstaurado), contratado para a construção das investidas Termoelétricas Termopower V e

Termopower VI, cujas outorgas foram revogadas e outro que visa solucionar questões societárias indefinidas entre os acionistas da Companhia.